



PROVA 2015.1

INSTRUÇÕES GERAIS – LEITURA OBRIGATÓRIA

- 1.** Você está recebendo o caderno de prova que contém em suas páginas 100 questões objetivas. Confira o caderno e se ele não estiver completo chame o fiscal.
- 2.** Você está recebendo também um cartão-resposta contendo 100 questões, o qual **NÃO PODE SER SUBSTITUÍDO**. Portanto, somente marque a resposta quando você tiver certeza de sua opção.
- 3.** O cartão-resposta não pode ser rasurado, sob pena de anulação das respostas.
- 4.** Você deve marcar apenas uma letra em cada questão objetiva.
- 5.** Para evitar possíveis enganos no preenchimento do cartão-resposta, anote primeiro as alternativas que você julgou corretas no próprio caderno de prova. Depois, marque-as no cartão-resposta.
- 6.** Não é admitido o uso de material estranho ao caderno de prova, mesmo para rascunho, nem se permitirá qualquer comunicação entre os candidatos.
- 7.** Ao final da prova você deverá devolver ao fiscal o cartão-resposta devidamente assinado no local indicado.
- 8.** A duração da prova é de 4 (quatro) horas. A saída do candidato só será permitida após transcorridas 2 (duas) horas do início da mesma. Os três últimos candidatos a terminarem a prova deverão retirar-se da sala simultaneamente.
- 9.** No dia 26 de junho de 2015, após as 23 horas, será publicado o gabarito da prova semestral.
- 10.** O dia 29 de junho de 2015 (as 12 horas) é a data limite para o envio de recursos da prova semestral. Os recursos deverão ser enviados para o e-mail: secretaria@esmesc.org.br.

Somos homens-livros lendo uns aos outros. Podemos ficar só na capa ou aprofundarmos nossa leitura até as páginas vivas do coração. (Wagner Borges)

BOA PROVA!

Florianópolis, 26 de junho de 2015

1. A Constituição Federal de 1988 é classificada como rígida porque:

- a) não pode ser modificada, salvo em períodos de guerra declarada.
- b) pode ser modificada, exceto nos casos de estado de sítio e de estado de defesa.
- c) não pode ser modificada, exceto quando declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.
- d) pode ser modificada por meio de processo mais complexo e dificultoso que o processo de elaboração das leis infraconstitucionais.

2. As chamadas "cláusulas pétreas" são consideradas como sendo limites ao poder de:

- a) decretação de intervenção da União nos Municípios, pelo Presidente da República.
- b) elaboração da Constituição, pelo Poder Constituinte Originário.
- c) alteração da Constituição, pelo Poder Constituinte Reformador.
- d) decretação de estado de sítio, pelo Presidente da República.

3. As normas constitucionais denominadas de exauridas constam:

- a) do preâmbulo constitucional.
- b) do ato das disposições constitucionais transitórias.
- c) do processo legislativo.
- d) da ordem social.

4. O art. 5.º da Constituição Federal de 1988, inciso XIII, determina que “é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer”. Tomando por base a classificação das normas constitucionais formulada por José Afonso da Silva, a norma constitucional acima transcrita é:

- a) programática, porque estabelece um princípio constitucional que somente poderá ser aplicado após elaboração da lei complementar que a limite.
- b) de eficácia plena, porque a lei infraconstitucional jamais poderá restringir ou limitar tal direito individual que é cláusula pétrea.
- c) de eficácia limitada, porque somente poderá ser aplicada quando for elaborada a lei ordinária a que se refere a norma transcrita.
- d) de eficácia contida, porque embora possa ser imediatamente aplicada, a legislação infraconstitucional ordinária poderá vir a reduzir ou restringir o direito individual nela estabelecido.

5. Tendo por base o que prescreve a Constituição Federal, quando trata Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, é correto afirmar que é:

- a) livre a expressão de atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independente de censura ou licença;
- b) livre a manifestação do pensamento, sendo garantido o anonimato;
- c) livre a locomoção no território nacional a qualquer tempo;
- d) plena a liberdade de associação para quaisquer fins, vedada a de caráter paramilitar;

6. Em relação a inviolabilidade de domicílio, assegurada pelo art. 5º, XI, da Constituição Federal,

- a) pode ser suprimida por Emenda à Constituição, nos termos previsto no art. 60 da Constituição Federal.
- b) pode sofrer restrição por meio de decreto do Presidente da República, nos termos do art. 84 da Constituição.
- c) prevê a possibilidade de ingresso em domicílio, a qualquer tempo, mediante ordem judicial fundamentada.
- d) prevê a possibilidade de ingresso em domicílio para prestação de socorro.

7. Em relação a Ação Direta de inconstitucionalidade é correto afirmar:

- a) pode ser proposta pelo presidente da república, governador de estado e prefeitos das capitais.
- b) após proposta a ação direta de inconstitucionalidade não será admitida desistência.
- c) A petição inicial inepta, não fundamentada e a manifestamente improcedente não podem ser liminarmente indeferidas pelo relator.
- d) Concedida medida liminar em ação direta de inconstitucionalidade esta terá, em regra, efeitos *ex tunc*.

8. Em relação as medidas provisórias é INCORRETO afirmar:

- a) A deliberação de cada uma das Casas do Congresso Nacional sobre o mérito das medidas provisórias dependerá de juízo prévio sobre o atendimento de seus pressupostos constitucionais.
- b) Se a medida provisória não for apreciada em até quarenta e cinco dias contados de sua publicação, entrará em regime de urgência, subsequentemente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando.
- c) As medidas provisórias terão sua votação iniciada em qualquer uma das casas do congresso nacional.
- d) Prorrogar-se-á uma única vez por igual período a vigência de medida provisória que, no prazo de sessenta dias, contado de sua publicação, não tiver a sua votação encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

9. Compete privativamente a união legislar sobre:

- a) orçamento
- b) desapropriação
- c) juntas comerciais
- d) procedimentos em matéria processual

10. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados ou ao Senado Federal de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de seis décimos por cento dos eleitores de cada um deles.
- b) Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos.
- c) As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.
- d) A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.

DIREITO CIVIL

11. João, brasileiro, casado, com 75 anos de idade, dois filhos, desapareceu de seu domicílio sem deixar vestígios. Há indícios de que, como estava no processo inicial da doença de Alzheimer, tenha saído e não localizado mais a sua residência. Infelizmente seu desaparecimento já dura três meses e, agora, a família precisa tomar providências quanto a assuntos patrimoniais de João. Diante do caso apresentado, assinale a alternativa correta:

- a) A solução jurídica para se resguardar os bens de João é promover a interdição, cuja legitimidade cabe à esposa de João ou ao Ministério Público.
- b) A solução jurídica para se resguardar o patrimônio de João é requerer a declaração de ausência, cuja legitimidade cabe, inicialmente, ao Ministério Público.
- c) No caso apresentado, com a ausência devidamente reconhecida pelo Juiz, o curador de João será necessariamente seu filho mais velho.
- d) Com a ausência devidamente reconhecida, deverá ser nomeado curador e, posteriormente, no prazo legal, aberta a sucessão provisória; provando-se que João já conta com oitenta anos e que de cinco datam as últimas notícias dele, é possível requerer-se a sucessão definitiva.

12. Quanto à desconconsideração da personalidade da pessoa jurídica, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) As pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos ou de fins não econômicos estão abrangidas no conceito de abuso da personalidade jurídica.
- b) O encerramento irregular das atividades da pessoa jurídica, por si só, basta para caracterizar abuso de personalidade jurídica.
- c) A aplicação da teoria da desconconsideração descrita no Código Civil prescinde da demonstração de insolvência da pessoa jurídica.
- d) Desconsiderar-se a pessoa jurídica não significa considerá-la nula, mas sim, em caso específico e determinado, não levá-la em consideração. Tal não implica, como regra, negar validade à existência da pessoa jurídica.

13. Sobre o regime da responsabilidade civil contratual e extracontratual, assinale a alternativa correta:

- a) O Código de Defesa do consumidor não adota a distinção entre responsabilidade civil contratual e extracontratual.
- b) Segundo entendimento reiterado do STJ, o prazo prescricional das ações de indenização fundadas em ilícito contratual e extracontratual é de 3 (três) anos.
- c) O abuso de direito é ato ilícito que somente pode fundamentar a responsabilidade extracontratual, não encontrando aplicação na responsabilidade contratual.
- d) A responsabilidade contratual é sempre culposa.

14. Acerca das modalidades das obrigações, assinale a alternativa correta:

- a) No caso de obrigações de dar coisa certa, se a coisa se perder, sem culpa do devedor, responderá o devedor por perdas e danos.
- b) Nas obrigações de dar coisa incerta, antes da escolha o devedor poderá alegar a perda e deterioração da coisa quando houver força maior ou caso fortuito.
- c) Nas obrigações de fazer, se a prestação se tornar impossível com culpa do devedor, este responderá por perdas e danos.
- d) A obrigação de dar coisa certa não poderá abranger os acessórios se não houver menção específica a estes.

15. Acerca do princípio da boa-fé, assinale a alternativa correta:

- a) O princípio tem natureza dispositiva, podendo ser afastado ou alterado pela vontade das partes.
- b) Não se vislumbra distinções entre a boa-fé subjetiva e a boa-fé objetiva.
- c) Em virtude do princípio da boa-fé, positivado no art. 422 do novo Código Civil, a violação dos deveres anexos constitui espécie de inadimplemento.
- d) Não há regra no Direito brasileiro que determine a interpretação dos negócios jurídicos segundo a boa-fé.

16. Acerca do direito das coisas é correto afirmar:

- a) Sempre são considerados direitos reais sobre a coisa alheia: superfície, servidão e propriedade resolúvel.
- b) A usucapião é forma originária de aquisição de coisas móveis e imóveis e pode ter como objeto bem sobre o qual recaía uma garantia hipotecária.
- c) Penhor legal refere-se ao penhor que os pais tem em relação aos bens pertencentes aos filhos menores enquanto sob poder familiar.
- d) O direito real de uso é transmissível por escritura pública devidamente registrada e que tenha sido firmada ante duas testemunhas idôneas.

17. De acordo com o Código Civil Brasileiro, assinale a alternativa correta:

- a) As servidões podem ser estabelecidas sobre bens com matrículas diferentes pertencentes ao mesmo proprietário, desde que torne o imóvel mais útil ou mais agradável.
- b) A usucapião especial constitucional somente pode ser requerida se a posse, quando precária, seja exercida de forma pública, contínua e com registro público.
- c) O direito real de usufruto pode ser transmitido desde que o título que o constituiu assim determine de forma expressa e irrevogável.
- d) As servidões podem ser estabelecidas por tempo indeterminado.

18. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Segundo o STJ, para que a ação negatória de paternidade proposta pelo marido tenha êxito, é necessário que inexista o liame biológico bem como a chamada filiação socioafetiva.
- b) É possível revogar o reconhecimento de filho efetuado em testamento, desde que esta seja a única cláusula dele constante.
- c) De acordo com o STJ, à união estável constituída com causa suspensiva aplicam-se as regras da separação obrigatória de bens.
- d) No casamento realizado sob o regime da comunhão universal de bens, o cônjuge sobrevivente é meeiro; no entanto, não concorrerá à eventual sucessão quando existirem descendentes.

19. Pedro divorciou-se de Ana, mas sem a correspondente divisão patrimonial, haja vista a discussão acerca dos bens que integram a empresa da qual é sócio. Pedro deseja se casar com Beatriz sob o regime da comunhão universal de bens. Consoante o enunciado, assinale a alternativa correta:

- a) Pedro e Beatriz poderão casar sob o regime de bens pretendido, haja vista Pedro estar divorciado e esta situação romper o vínculo conjugal.
- b) Pedro e Beatriz deverão se casar sob o regime da separação obrigatória de bens e poderão alterar o regime posteriormente de forma extrajudicial, apresentando no Cartório em que casaram que a divisão de bens do anterior casamento de Pedro foi decidida por sentença.
- c) Pedro e Beatriz apenas poderão se casar sob esse regime após a sentença que decidir a partilha dos bens do ex-casal, tendo em vista que se contraírem casamento antes, este será nulo de pleno direito.
- d) Pedro e Beatriz poderão casar desde que pelo regime da separação obrigatória de bens, cuja alteração de regime poderá se dar judicialmente após a sentença que decidir a partilha dos bens de Pedro e da ex-esposa.

20. Quanto à sucessão na classe dos colaterais, indique a alternativa INCORRETA:

- a) Na falta dos sobrinhos do falecido, herdam os filhos daqueles, afastando os tios do falecido.
- b) Na classe dos colaterais, só há direito de representação em benefício dos filhos do irmão pré-morto do falecido, quando houver para receber a herança outros irmãos do de cujus.
- c) Para afastar os colaterais da herança, basta que o testador disponha de todo seu patrimônio sem os contemplar.
- d) Quando concorrerem à sucessão legítima, irmãos bilaterais com irmãos unilaterais do falecido, os unilaterais herdam metade do que herdam os bilaterais.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

21. Fulano faleceu em uma segunda-feira, dia 6 de janeiro. O oficial de justiça precisava citar a esposa de fulano, e o fizera na terça-feira, dia 14 do mesmo mês. Sobre essa citação, assinale a alternativa correta:

- a) a citação válida é pressuposto processual absoluto, ou seja, não existirá relação processual válida sem ela.
- b) essa citação será válida e eficaz no processo, pois não houve qualquer violação a previsão legal específica.
- c) a citação será nula, pois violou o direito de luto da citanda.
- d) a citação existe, pois feita pelo oficial de justiça, mas será nula, pois o oficial de justiça deveria ter aguardado o encerramento do velório do de cujus.

22. Ao verificar a decadência no processo, o magistrado:

- a) jamais poderá fazê-lo na fase postulatória.
- b) somente poderá fazê-lo na fase saneadora.
- c) jamais poderá fazê-lo na fase instrutória.
- d) poderá fazê-lo a qualquer tempo no processo, até a sentença, desde que respeitado o contraditório.

23. Fulano promove ação de caráter inibitório em face de Beltrano, a fim de ver paralisada uma obra em andamento que gera riscos aos vizinhos e transeuntes. Nenhum dano ocorreu até o momento. Beltrano, porém, alega ser apenas o pedreiro contratado, e não o proprietário da obra. O proprietário da obra é, na verdade, Terêncio.

Considerando o enunciado acima, assinale a alternativa correta:

- a) Beltrano deverá fazer uma denúncia da lide, em face de Terêncio.
- b) Beltrano deverá alegar ilegitimidade passiva, com o requerimento de extinção do feito sem resolução do mérito, e terá direito a receber todas as verbas de caráter sucumbencial.
- c) Beltrano deverá fazer a nomeação à autoria, em face de Terêncio.
- d) Beltrano deverá fazer o chamamento ao processo, em face de Terêncio.

24. Sobre os títulos executivos, assinale a alternativa correta:

- a) somente existem em decorrência de previsão legal.
- b) toda decisão judicial fará título executivo judicial.
- c) o boleto bancário é título executivo extrajudicial.
- d) para que a sentença arbitral possa ser executada perante a autoridade judiciária brasileira, deverá ser homologada pelo Supremo Tribunal Federal.

25. Em se tratando de processo coletivo, conforme legislação em vigor, assinale a alternativa correta:

- a) Interesses ou direitos difusos caracterizam-se por serem transindividuais, plenamente divisível, tendo a titularidade pessoas certas e determinadas, ligadas por uma relação jurídica base.
- b) Interesses ou direitos difusos caracterizam-se por serem transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas, ligadas por circunstância de fato.
- c) Para a caracterização dos direitos ou interesses individuais homogêneos, não se faz necessária a observância do requisito da origem comum, dispensada a relevância social do bem jurídico protegido.
- d) Existindo a tramitação de uma ação coletiva, é inadmissível o ajuizamento de ação individual, que contenha a mesma identidade de causa de pedir e pedido, em razão da litispendência.

26. Em se tratando da ação de inventário e partilha, prevista no Código de Processo Civil, atualmente em vigor, é correto afirmar:

- a) A inobservância do prazo legalmente previsto para a abertura do inventário acarreta multa e sua instituição pelo Estado-Membro não é inconstitucional, em consonância com a orientação sumular do Supremo Tribunal Federal.
- b) A ação de inventário objetiva a verificação e distribuição dos bens integrantes do patrimônio do falecido, partilhando-os entre aqueles que possuem direitos sucessórios. Por essa razão, jamais se admite a tramitação de inventário negativo, evidenciado pela inexistência de bens do falecido, por ausência de interesse processual.
- c) Em consideração ao princípio dispositivo, jamais se admite a abertura de inventário, de ofício, pelo magistrado.
- d) Após o magistrado nomear o inventariante este não poderá, sob nenhuma hipótese, ser removido do encargo, por ser pessoa da confiança do Juízo.

27. Sobre o procedimento monitorio, previsto no Código de Processo Civil em vigor, é correto afirmar:

- a) Pelos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais, não se admite a citação editalícia no procedimento monitorio.
- b) A ação monitoria destina-se à cobrança de valores constantes de prova escrita, mesmo que este documento constitua-se em título executivo, com liquidez, certeza e exigibilidade.
- c) Pela orientação sumular do Superior Tribunal de Justiça, é admissível a ação monitoria fundada em cheque prescrito, diante da perda da exigibilidade deste título.
- d) Diante da submissão da Fazenda Pública ao regime constitucional de precatórios ou requisição de pequeno valor não se admite a ação monitoria contra a Fazenda Pública.

28. Com relação ao Recurso, é correto afirmar, assinalando a alternativa correta.

- a) O recurso extraordinário e o recurso especial impedem a execução da sentença.
- b) O prazo para a interposição de recurso Extraordinário é de 10 (dez) dias.
- c) A desistência do recurso depende da anuência da outra parte.
- d) Considera-se aceitação tácita a prática sem reserva alguma, de ato incompatível com a vontade de recorrer.

29. Das alternativas abaixo, assinale a INCORRETA:

- a) Das decisões interlocutórias, caberá agravo de instrumento a ser interposto no prazo de 10 (dez) dias.
- b) O agravo retido depende de preparo.
- c) Não se conhecerá do agravo retido se a parte não requerer expressamente, nas razões de recurso ou na resposta a sua apreciação pelo Tribunal.
- d) Se o juiz comunicar que reformou inteiramente a decisão agravada, o relato considerará prejudicado o agravo.

30. Das alternativas abaixo, assinale a INCORRETA:

- a) Na apelação, nos embargos infringentes, no recurso ordinário, no recurso especial, no recurso extraordinário e nos embargos de divergência, o prazo para interpor e para responder é de 15 (quinze) dias.
- b) O recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, salvo se distintos ou opostos os seus interesse.
- c) A parte, que aceitar expressa ou tacitamente a sentença ou a decisão, não pode recorrer.
- d) A apelação devolverá ao Tribunal o conhecimento de toda matéria, inclusive àquela que não foi impugnada.

DIREITO PENAL

31. Sobre a legislação penal brasileira, é correto afirmar:

- a) É cabível o uso de interpretação analógica dentro do ordenamento penal brasileiro.
- b) Somente a lei, seja ela oral ou escrita, pode definir penas.
- c) Somente a lei e as medidas provisórias podem definir crimes.
- d) É cabível o emprego de qualquer forma de analogia no sistema legal penal brasileiro.

32. Aquele que, ao ser agredido, reage e, usando os meios que tem à disposição, nocauteia seu agressor, causando-lhe graves leves, não responderá por qualquer crime algum, pois agiu sob a excludente de ilicitude da:

- a) Legítima defesa.
- b) Estado da necessidade.
- c) Exercício regular de um direito.
- d) Estrito cumprimento do dever legal.

33. Assinale a assertiva correta sobre a imputabilidade penal:

- a) Os menores de 21 anos são penalmente inimputáveis e se sujeitam à legislação especial.
- b) A embriaguez sempre exclui a imputabilidade penal.
- c) A emoção ou a paixão não excluem a imputabilidade penal.
- d) É isento de pena o agente que, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado não é inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

34. No ordenamento jurídico penal brasileiro, sobre o concurso de pessoas, diz-se que “quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade”. Essa é a teoria:

- a) Monista pura.
- b) Monista temperada.
- c) Dualista.
- d) Pluralista.

35. Sobre os regimes prisionais, pode-se afirmar:

- a) No regime fechado, o condenado fica sujeito a trabalho em comum durante o período diurno, em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar.
- b) No regime semiaberto, o condenado deverá, fora do estabelecimento e sem vigilância, trabalhar, frequentar curso ou exercer outra atividade autorizada, permanecendo recolhido durante o período noturno e nos dias de folga.

- c) No regime fechado, o trabalho externo é sempre admissível, bem como a frequência a cursos supletivos profissionalizantes, de instrução de segundo grau ou superior.
- d) No regime fechado, o condenado fica sujeito a trabalho no período diurno e a isolamento durante o repouso noturno.

36. Sobre a prescrição, é INCORRETO afirmar:

- a) A prescrição opera-se em dois anos, quando a pena privativa de liberdade é convertida em pena restritiva de direitos.
- b) A prescrição, depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação, ou depois de improvido seu recurso, regula-se pela pena aplicada.
- c) A prescrição opera-se em dois anos, quando a pena de multa é a única cominada.
- d) São reduzidos de metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de vinte e um anos, ou, na data da sentença, maior de setenta anos.

37. Sobre o crime de Perigo de contágio venéreo, assinale a assertiva correta:

- a) Trata-se de crime de dano, pois exige a transmissão da doença venérea para sua consumação.
- b) Somente se procede por queixa da vítima.
- c) Trata-se de crime de perigo, pois, para sua consumação, basta a exposição da vítima ao risco de contágio.
- d) Exige sempre que o sujeito ativo tenha a intenção de transmitir a doença venérea para sua consumação.

38. Assinale a assertiva correta, sobre os crimes contra a honra:

- a) É punível a difamação contra os mortos.
- b) Em qualquer hipótese, só se processam mediante queixa.
- c) As penas dos crimes contra a honra aumentam-se de um terço, se cometido contra funcionário público, em razão de suas funções.
- d) O conceito desfavorável emitido por funcionário público, em apreciação ou informação que preste no cumprimento de dever do ofício constitui crime de injúria ou difamação punível.

39. Assinale a assertiva correta, sobre os crimes patrimoniais:

- a) É isento de pena quem comete qualquer crime patrimonial em prejuízo do cônjuge.
- b) Aplica-se o princípio da bagatela ao crime de roubo.
- c) Há previsão de furto de uso no ordenamento jurídico brasileiro.
- d) As isenções previstas do Código Penal, referentes às relações familiares, não se aplicam ao estranho que participa do crime.

40. Aquele que dá causa à instauração de investigação policial, de processo judicial, instauração de investigação administrativa, inquérito civil ou ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe crime de que o sabe inocente pratica o crime de:

- a) Comunicação falsa de crime.
- b) Denúncia caluniosa.
- c) Falso testemunho.
- d) Falsa perícia.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

41. A ausência de intimação do Ministério Público para audiência; a interposição de mais de um recurso para a mesma decisão; a opção pela interpretação mais gravosa de norma processual penal e o agravamento da pena em recurso exclusivo da defesa configuram, em tese, violações aos seguintes princípios processuais penais, respectivamente:

- a) Ampla defesa, unirrrecorribilidade, recrudescimento e favor rei.
- b) Contraditório, unirrrecorribilidade, favor rei e da impossibilidade de reformatio in pejus.
- c) Contraditório, fungibilidade, in dubio pro societate e da impossibilidade de reformatio in pejus.
- d) Devido processo legal, especialidade, favor rei e da reformatio in mellius.

42. No que toca ao inquérito policial, aponte a alternativa totalmente correta:

- a) É peça dispensável, apesar de ser procedimento formal devidamente previsto na lei processual.
- b) É passível de ser arquivado pela autoridade policial quando evidente a existência de causa excludente de ilicitude.
- c) Possui prazo de duração especificado em cada situação, cuja inobservância redundaria na imprestabilidade da sua conclusão.
- d) Pode ser instaurado de ofício para investigação de qualquer crime, desde que a autoridade policial entenda haver indícios suficientes para tanto.

43. Considerando as provas no processo penal, indique a assertiva que contém ERRONIA evidente:

- a) As provas ilícitas e as delas derivadas devem ser expurgadas do feito quando assim reconhecidas.
- b) O juiz pode ouvir de ofício a vítima do delito caso a acusação não a arrole oportunamente.
- c) As partes devem ser intimadas da expedição da precatória e da data da audiência aprazada no juízo deprecado pelo juízo deprecante.
- d) O interrogatório, via de regra, deve ser o último ato da instrução processual.

44. Nos crimes de ação penal pública incondicionada vigoram os seguintes princípios:

- a) Autoritariedade e oportunidade, embora esta encontre exceções na legislação.
- b) Indisponibilidade e divisibilidade.
- c) Oficialidade e disponibilidade.
- d) Intranscendência e obrigatoriedade, embora esta encontre exceções na legislação.

45. Quanto ao assistente da acusação, é EQUIVOCADO afirmar:

- a) Caso o assistente não compareça à audiência aprazada, deverá o juiz intimar a vítima ou seus sucessores para que se constitua novo advogado.
- b) A jurisprudência tem admitido seu recurso para majoração da pena aplicada.
- c) Não tem sentido ser constituído em ação penal privada.
- d) Não pode ingressar na fase inquisitorial, nesta condição, mesmo visando aprofundar as investigações preliminares.

46. Considerando as medidas cautelares alternativas à prisão, aponte a assertiva EQUIVOCADA:

- a) São aplicadas isolada ou cumulativamente.
- b) Podem ser revogadas ou substituídas, bem como redetidas sobrevindo razões para tanto.
- c) Não se aplicam à infração a que não for isolada, cumulativa ou alternativamente cominada pena privativa de liberdade.
- d) Somente podem ser decretadas pelo juiz mediante requerimento das partes.

47. A prisão preventiva, segundo a lei processual penal, NÃO pode ser decretada:

- a) Quando houver dúvida sobre a identidade civil da pessoa ou quando esta não fornecer elementos suficientes para esclarecê-la.
- b) Diante do descumprimento de medidas cautelares anteriormente impostas, desde que não haja outra medida cabível que seja satisfatória ao caso.
- c) De ofício pelo juiz tanto na fase do inquérito como durante a ação penal.
- d) Nos crimes envolvendo violência doméstica e familiar contra a mulher, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência.

48. No momento da prolação da sentença penal, é permitido ao juiz:

- a) Fixar indenização à vítima, visando reparar ao máximo os danos sofridos.
- b) Desconsiderar a capitulação (definição jurídica do fato) apresentada pela acusação e condenar o réu por outro delito, desde que tenha sido devidamente narrado na peça inicial.
- c) Condenar o querelado, mesmo havendo pedido absolutório pela acusação.
- d) Remeter o feito ao Juizado Especial Criminal se houver possibilidade de proposta de suspensão condicional do processo ou transação penal ante a desclassificação do delito imputado para outro de menor potencial ofensivo.

49. Em sede de nulidades no processo penal, é DESCABIDO afirmar:

- a) As nulidades relativas estão sujeitas à convalidação.
- b) A parte somente pode suscitar a nulidade de ato que lhe causou prejuízo.
- c) O juiz pode, via de regra, reconhecer de ofício as nulidades absolutas.
- d) Pelo princípio da instrumentalidade das formas, a nulidade de um ato somente contamina aqueles atos que dele dependam ou que sejam sua consequência.

50. Relativamente aos recursos no processo penal, escolha a assertiva correta:

- a) Os embargos infringentes e de nulidade são de manejo exclusivo da defesa, assim como o ajuizamento da revisão criminal.
- b) A carta testemunhável deve ser interposta contra as decisões que não admitem o processamento dos demais recursos previstos no Código de Processo Penal.
- c) Os embargos de declaração somente podem ser opostos junto aos tribunais.
- d) O agravo regimental e a reclamação, previstos no regimento interno do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, são sinônimos de correição parcial.

DIREITO ADMINISTRATIVO

51. Acerca da organização da Administração Pública, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.

- a) Os consórcios públicos integram a Administração Pública direta e já são criados desde o ato de subscrição do protocolo de intenções pelo Chefe do Poder Executivo do respectivo ente consorciado, sendo que, posteriormente, a lei autorizadora apenas serve para ratificar os consórcios públicos já constituídos.
- b) Na relação entre a União e suas autarquias há a chamada supervisão ministerial, uma espécie de controle que caracteriza a subordinação hierárquica da autarquia ao ente criador, no caso a União. Isso fica claro, por exemplo, no caso do INSS, em que a nomeação de seu Presidente é feita pelo Presidente da República.
- c) Os consórcios públicos podem ser constituídos como pessoas jurídicas de direito privado, criados por lei específica, com regime de pessoal estatutário.
- d) As autarquias são pessoas jurídicas de direito público, partes da Administração Pública indireta, titulares de interesses públicos e de atividades públicas, dotadas de capacidade administrativa, patrimônio próprio e regime de pessoal essencialmente estatutário.

52. Sobre a teoria geral dos atos administrativos, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.

- a) Os atos administrativos estão sujeitos ao controle de legalidade e legitimidade pelo Poder Judiciário, inclusive no caso dos atos discricionários, o que não significa que ao Juiz seja dado, simplesmente, substituir a análise política da conveniência e da oportunidade da atividade administrativa.
- b) O excesso de poder é um vício dos atos administrativos, caracterizado pelo desvio de finalidade do ato, quando o agente público atua de forma contrária à lei e ao interesse público.
- c) A presunção de legitimidade é um atributo que caracteriza todos os atos administrativos, sendo legítimos os atos administrativos até que sejam declarados inválidos, cabendo essa declaração de invalidade somente ao Poder Judiciário.
- d) A doutrina administrativista reconhece como típicos requisitos dos atos administrativos a presunção de legitimidade, a imperatividade e a auto-executoriedade.

53. Sobre a teoria geral das licitações e contratos administrativos, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.

- a) Somente nos casos de inexigibilidade de licitação é que a Administração Pública estará desobrigada de promover o procedimento de licitação, ocorrendo a chamada contratação direta.
- b) Nos casos de dispensa de licitação há contratação direta por conta da inviabilidade de competição.
- c) Segundo a Lei n. 8.666/93, pode-se admitir como exemplo de inexigibilidade de licitação a contratação direta por conta do valor do objeto contratado, como os casos de bens e serviços de engenharia de até 10% (dez por cento) do limite máximo da modalidade de convite para tais aquisições (R\$ 15.000,00).

d) Sempre que, no contrato administrativo, por conta de fatos imprevisíveis ou se previsíveis, porém de consequências incalculáveis, resta afetado o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, o contratado pode pleitear a alteração do contrato, inclusive na cláusula do preço, por meio do pedido de revisão de preços.

54. Sobre a teoria geral das licitações e contratos administrativos, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa INCORRETA.

a) No âmbito da legislação federal de licitações públicas (Lei n. 8.666/93), não se pode confundir os tipos e as modalidades de licitações.

b) São princípios específicos aplicáveis às licitações públicas a isonomia (igualdade de condições), o procedimento formal, a vinculação ao instrumento convocatório, o julgamento objetivo e a adjudicação compulsória ao vencedor.

c) Segundo previsto na Lei n. 8.666/93, são modalidades de licitações a concorrência pública, a tomada de preços, o convite, o concurso, o leilão e o pregão.

d) A Administração Pública poderá, ainda que sem o consentimento do contratado, desde que nos limites da lei, modificar ou rescindir o contrato administrativo, e inclusive aplicar-lhe sanções administrativas, se devidamente motivadas e precedidas do devido processo legal administrativo.

55. Sobre a teoria geral das licitações e contratos administrativos, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa INCORRETA.

a) Na fase de habilitação deve ser analisada a documentação apresentada pelos licitantes, no sentido de atestar sua regularidade jurídica, fiscal e social, bem como a capacitada técnica e econômico-financeira, nos termos exigidos pelo edital.

b) Nos contratos administrativos regulados pela Lei n. 8.666/93, ainda que existam determinadas peculiaridades, são observados firmemente os princípios e disposições gerais dos contratos privados, sobretudo no que toca à autonomia da vontade entre as partes e a horizontalidade da relação contratual.

c) O contratado ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões determinadas pela Administração Pública, nas obras, serviços ou compras, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato.

d) São exemplos de cláusulas exorbitantes a possibilidade de a Administração Pública, nos termos e limites da lei, modificar unilateralmente o contrato, rescindi-lo unilateralmente, fiscalizar sua execução, aplicar penalidades ao contratado e ocupar, provisoriamente, seus bens, isso nos casos de serviços essenciais.

56. Acerca dos serviços públicos, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.

a) Os serviços públicos *uti universi* são serviços gerais, postos à disposição de toda coletividade, remunerados por meio de taxas ou tarifas, como no caso dos serviços de fornecimento de água, telefonia e energia elétrica.

b) Serviço público é toda atividade de oferecimento de uma comodidade ou necessidade material fruível diretamente pelos cidadãos, prestado pelo Estado ou que lhe faça às vezes, podendo ser organizado tanto sob um regime de direito público ou privado.

c) Os serviços públicos individuais são aqueles que se destinam a usuários determinados e podem ser divididos e fracionados, segundo a quantidade e intensidade de utilização por cada usuário.

d) Segundo a doutrina especializada, os serviços públicos podem ser classificados em serviços propriamente ditos ou de utilidade pública, serviços próprios ou impróprios, serviços gerais ou individuais, serviços descentralizados ou centralizados, serviços concentrados ou desconcentrados, serviços de operação de crédito ou de livre iniciativa.

57. Sobre a teoria do provimento dos cargos públicos, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.

a) Na readaptação, o servidor estável que foi posto em disponibilidade retorna para a atividade, devendo ser aproveitado, se possível, no mesmo cargo ou em cargo com correspondência de atribuições e vencimentos.

b) A reversão é o retorno à ativa do servidor público aposentado, podendo ocorrer de ofício pela Administração Pública, se tornado insubsistente o ato de aposentadoria.

c) A reintegração é o retorno do servidor para o cargo anteriormente ocupado, no caso de inabilitação no estágio probatório relativo a outro cargo.

d) No aproveitamento ocorre a remoção do servidor para cargo compatível com a sua superveniente limitação física ou psicológica, vedado qualquer aumento ou decesso remuneratório em decorrência da transferência.

58. Sobre o regime jurídico dos servidores públicos, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.

- a) Os cargos eletivos são aqueles cuja investidura decorre de pleito eleitoral, com o exercício de mandato eletivo, sendo que, no caso de servidor público da Administração direta, autárquica ou fundacional, investido no mandato de vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
- b) No caso de servidor público da Administração direta, autárquica ou fundacional, investido no mandato de Prefeito, perceberá as vantagens de seu cargo emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, desde que exista compatibilidade de horários.
- c) No caso da vitaliciedade, assegurada por exemplo aos membros do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Tribunais de Contas, tal direito é regularmente adquirido desde a posse, até como instituto de garantia e segurança para o exercício do cargo público.
- d) Os cargos em comissão destinam-se preferencialmente às atribuições de direção, chefia e assessoramento, podendo ser usados, em casos especiais, para outras atribuições, desde que devidamente justificadas pela autoridade competente.

59. Sobre o regime dos bens públicos, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A impenhorabilidade é cláusula aplicável a todos os bens públicos, sendo que são impenhoráveis todos os bens da Administração Pública direta e indireta, já que paga seus débitos mediante sistema de precatórios previsto na Constituição Federal.
- b) Os bens públicos estão sujeitos, em regra, às cláusulas de inalienabilidade, imprescritibilidade e impenhorabilidade. A imprescritibilidade, inclusive, garante a vedação à aquisição por particulares, via usucapião, de quaisquer bens públicos.
- c) A cessão de uso de bem público consiste, em regra, no regime de colaboração entre órgãos ou entidades do Poder Público, que transferem determinados bens entre si (cedente e cessionário), visando à melhor realização do serviço público.
- d) A alienação de bens públicos está sujeita a um procedimento especial, sendo que, no caso de bens imóveis, além da desafetação e da avaliação prévia, a Lei n. 8.666/93 exige ainda, em regra, a autorização legislativa e a licitação pública.

60. Sobre a teoria geral do controle da Administração Pública, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Conforme previsto na legislação federal sobre procedimento administrativo, não há que se falar em decadência contra a Administração Pública, que poderá rever seus próprios atos a qualquer tempo, inclusive anulando-os se ilegais.
- b) O silêncio da Administração Pública deve ser interpretado no sentido de que, não havendo resposta administrativa no prazo legalmente previsto, em regra, tal silêncio representa o indeferimento do pedido administrativo.
- c) A coisa julgada administrativa consiste na inviabilidade de rediscussão da decisão administrativa, ressalvada a revisão judicial, sempre possível para os particulares interessados.
- d) A prescrição administrativa deve ser entendida como a perda do direito de pleitear administrativamente o reconhecimento de determinado direito do particular.

DIREITO TRIBUTÁRIO

61. Sobre a constituição do crédito tributário e sua modificação, assinale a alternativa correta:

- a) o lançamento tributário pode ser alterado a qualquer momento pelo sujeito ativo da obrigação tributária, sendo suficiente para tal a fundamentação do ato administrativo de lançamento.
- b) o lançamento tributário somente pode ser alterado em caso de recurso de ofício e de dolo do sujeito passivo ao fraudar as informações apresentadas quando do lançamento por homologação.
- c) A entrega de declaração pelo contribuinte, reconhecendo o débito fiscal, constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do sujeito ativo.
- d) A entrega de declaração pelo contribuinte, informando o débito fiscal, necessita de formalização de lançamento de ofício por parte do sujeito ativo.

62. No que concerne à capacidade tributária passiva, analise os itens a seguir e assinale a alternativa correta:

- a) Um paciente internado na UTI em coma profundo há 6 anos, proprietário de um veículo automotor, perderá a qualidade de contribuinte do IPVA (imposto sobre a propriedade de veículo automotor) quando for obtida a sua curatela.
- b) Um menor com 5 anos de idade que possui um bem imóvel registrado em seu nome, ainda que sob tutela de seus pais, não perde a qualidade de contribuinte do IPTU (imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana).
- c) O locatário de imóvel é sujeito passivo do IPTU na qualidade de responsável tributário, quando previsto no contrato de locação a sua responsabilidade pelo recolhimento do tributo.
- d) Uma unidade econômica sem personalidade jurídica (“pessoa jurídica” não constituída regularmente) não pode ser contribuinte de IRPJ (imposto sobre a renda da pessoa jurídica).

63. Arlindo, Breno, Célio e Dilnei são irmãos e adquiriram um terreno em condomínio, para investimento. Cada um investiu R\$ 250.000,00 necessários para a aquisição do terreno no valor total de R\$ 1.000.000,00. Ocorre que o IPTU de 2014, no valor de R\$ 8.000,00 não foi pago e uma execução fiscal foi ajuizada pelo Município de Garopaba. Sobre esta situação fática frente aos débitos de IPTU, assinale a alternativa correta:

- a) Os quatro irmãos serão sujeito passivo do IPTU, cada um sendo obrigado ao pagamento de R\$ 2.000,00 (25%).
- b) Caso Célio efetue o pagamento de R\$ 2.000,00, está liberado da solidariedade existente entre os devedores.
- c) Os quatro irmãos serão sujeito passivo do IPTU, cada um obrigado ao pagamento da totalidade da dívida.
- d) Caso Dilnei seja titular de uma isenção concedida em caráter pessoal, não estará liberado da solidariedade com relação aos R\$ 6.000,00 restantes.

64. Empresa optante do Simples Nacional deixou de recolher o tributo durante todo o ano de 2009, R\$ 500,00 mensais que venciam todo o dia 20 do mês seguinte (ex.: faturamento do mês de janeiro, vencimento no dia 20 de fevereiro; faturamento do mês de dezembro, vencimento no dia 20 de janeiro). Em 15/04/2010 a empresa entregou sua DASN (declaração anual do simples nacional), informando o débito global de R\$ 6.000,00. Ocorreu que, em 10/04/2015 a empresa foi citada em execução fiscal referente a este ano de 2009, cujo “cite-se” se deu em 17/01/2015. Contribuinte comparece aos autos alegando a prescrição do crédito tributário. Dentro deste contexto:

- a) Ocorreu a prescrição dos créditos tributários de todas as competências de 2009, janeiro a dezembro, tendo em vista o transcurso de mais de 5 anos entre o último vencimento (20/01/2015) até a citação do devedor.
- b) Ocorreu a prescrição dos créditos tributários de janeiro de 2009 a novembro de 2009, mas não a de dezembro de 2009, tendo em vista que entre o vencimento (20/01/2015) e o despacho que determina a citação não se passaram 5 anos.
- c) Não ocorreu a prescrição dos créditos tributários, uma vez que não se passaram 5 anos entre a data da entrega da declaração (15/04/2010) e o despacho que determinou a citação (17/01/2015).
- d) Não ocorreu a prescrição dos créditos tributários, uma vez que os tributos precisam ser alvo de lançamento e notificação fiscal pelo sujeito ativo.

65. A empresa XYZ Comércio de Automóveis Ltda. alugou um imóvel na Av. das Flores Bonitas, onde antes estava estabelecida a empresa ABC Só Carros Luxuosos Ltda.. Esta última possui débitos de ICMS, referentes ao ano de 2014, na ordem de R\$ 15.000,00. Partindo destes fatos, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa que corresponde corretamente à sujeição passiva tributária das empresas:

- I – o fato de a empresa XYZ alugar o imóvel onde antes estava localizada a empresa ABC não autoriza a responsabilidade tributária da empresa XYZ sucessão tributária;
- II – caso a empresa ABC deixe de funcionar, sem retomar as atividades dentro de seis meses, a responsabilidade da empresa XYZ pelos débitos da empresa ABC será solidária;
- III – caso a empresa ABC permaneça em funcionamento mas em outro endereço, a responsabilidade da empresa XYZ pelos débitos da empresa ABC será solidária;
- IV – caso a empresa ABC retome suas atividades após quatro meses e dezoito dias, a responsabilidade da empresa XYZ pelos débitos tributários será integral.

- a) apenas a assertiva I está correta.
- b) apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
- c) apenas as assertivas III e IV estão corretas.
- d) apenas as assertivas I,III e IV estão corretas.

66. Marcela, menor de 9 anos de idade, ganhou um apartamento de sua vó materna. Passados alguns meses, a mãe de Marcela, Pâmela, recebeu um carnê de IPTU em seu nome (“Pâmela dos Santos Teles”). Sobre esta situação fática, assinale a alternativa correta:

- a) Marcela sempre será contribuinte do imposto, mesmo sendo absolutamente incapaz.
- b) Pâmela, mãe de Marcela, é contribuinte do imposto, visto que Marcela é absolutamente incapaz.
- c) Pâmela, mãe de Marcela, tem responsabilidade solidária com Marcela pelo pagamento do imposto, visto que Marcela é absolutamente incapaz.
- d) Marcela só será chamada a pagar o imposto se Pâmela não tiver condições de arcar com os valores.

67. O Clube Atlético Piraporense costumava realizar a prática de descontar o Imposto de Renda Pessoa Física – IRPF de seus atletas empregados, no entanto não efetuava o recolhimento. A União então ajuizou execução fiscal e pediu o redirecionamento da cobrança para a pessoa física do Diretor Financeiro, Sr. Cartola Robattini, que determinava que tal prática de descontar e não recolher o IRPF. Pergunta-se: o redirecionamento da cobrança da pessoa jurídica para a pessoa física do Diretor é válida?

- a) Não, tendo em vista que não houve a dissolução irregular do Clube Atlético Piraporense.
- b) Não, tendo em vista que o simples não pagamento do tributo não enseja a responsabilidade do diretor financeiro.
- c) Sim, tendo em vista que o simples não pagamento do tributo já configura infração à lei, necessária para o redirecionamento da execução fiscal à pessoa do diretor.
- d) Sim, tendo em vista que o ato de descontar dos empregados e não recolher o tributo constitui apropriação indébita, suficiente para justificar o redirecionamento à pessoa do diretor.

68. Afonso arrematou um terreno em um leilão da 1ª Vara Cível de Itajaí. Passados alguns meses, foi surpreendido com uma cobrança de R\$ 13.700,00 a título de IPTU – Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana, referente ao imóvel, que não constava do edital. Diante desta situação fática, assinale a alternativa correta com relação a este IPTU em aberto:

- a) Afonso é responsável tributário pelos valores em aberto de IPTU, tendo em vista se tratar de obrigação *propter rem*.
- b) Afonso recebe o bem livre de ônus, já que os débitos de IPTU se sub-rogam no preço pago.
- c) Afonso é responsável solidário pelo IPTU em aberto, na medida em que a arrematação constitui forma de aquisição e, portanto, de responsabilidade tributária.
- d) Afonso possui responsabilidade subsidiária pelo IPTU em aberto, podendo ser acionado na impossibilidade de cobrança do antigo proprietário.

69. Dentre os tributos abaixo, assinale aquela assertiva que contém apenas aqueles que podem ser instituídos pelos Municípios:

- a) Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e prestação de Serviços – ICMS; Contribuição para o Custeio do regime de previdência de seus servidores; Taxas.
- b) Contribuição de melhoria; Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP; Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis por ato oneroso – ITBI.
- c) Imposto sobre Serviços – ISS; Contribuição de intervenção no Domínio Econômico - CIDE; Taxas.
- d) Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA; Imposto sobre a propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU; Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE.

70. Sobre a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Em caso de discussão judicial do crédito tributário, para proceder ao depósito do montante integral o contribuinte terá que obter autorização judicial.
- b) Tendo apenas um débito e verificada uma das hipóteses de suspensão da exigibilidade deste crédito tributário, o contribuinte obterá certidão positiva com efeitos de negativa.
- c) A moratória constitui uma postergação do prazo para pagamento do tributo, de forma que durante este período a exigibilidade do crédito fica suspensa.
- d) O parcelamento é forma de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

71. De acordo com a Lei n. 6.404/76 e suas alterações, que trata de emissão de títulos mobiliários pela sociedade anônima, assinale a alternativa correta:

- a) As sociedades anônimas de capital aberto e as de capital fechado podem emitir partes beneficiárias.
- b) Os acionistas da sociedade anônima emissora terão direito de preferência para subescrever a emissão de debêntures com cláusula de conversibilidade em ações, de acordo com o estabelecido em Lei.
- c) A sociedade anônima poderá emitir bônus de subscrição, independentemente da previsão de capital autorizado em seu estatuto social.
- d) Somente sociedades anônimas de capital aberto poderão emitir debêntures, que conferirão aos seus titulares direito de crédito contra ela, nas condições constantes da escritura de emissão e, se houver, do certificado.

72. De acordo com a Lei n. 6.404/76 e suas alterações, que trata da sociedade anônima, assinale a alternativa correta:

- a) Poderão ser eleitas para membros dos órgãos de administração pessoas naturais, devendo os membros do conselho de administração ser acionistas e os diretores residentes no País, acionistas ou não.
- b) Os membros do conselho de administração não poderão ser eleitos para cargos de diretores.
- c) Somente podem ser eleitos para o conselho fiscal pessoas naturais, residentes no País, diplomados em curso de nível universitário, ou que tenham exercido, por prazo mínimo de 3 (três) anos, cargo de administrador de empresa ou de conselheiro fiscal.
- d) O conselho de administração é um órgão obrigatório em todas as modalidades de sociedades anônimas.

73. De acordo com a Lei n. 11.101/05 e suas alterações, que trata da recuperação e falência da empresa, assinale a alternativa correta:

- a) Poderá requerer a recuperação judicial o devedor que, no momento do pedido exerça regularmente suas atividades há mais de 1 (um) ano e que atenda aos demais requisitos determinados em Lei.
- b) Poderá requerer a recuperação judicial o devedor que, no momento do pedido exerça regularmente suas atividades há mais de 2 (dois) anos e que não tenha, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial com base no plano especial
- c) Poderá requerer a recuperação judicial o devedor que, no momento do pedido exerça regularmente suas atividades há mais de 2 (dois) anos e que não tenha, há menos de 8 (oito) anos, obtido concessão de recuperação judicial com base no plano especial.
- d) Poderá requerer a recuperação judicial o devedor que, no momento do pedido exerça regularmente suas atividades há mais de 1 (um) ano e que não tenha, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial com base no plano especial.

74. Com referência ao plano especial de recuperação judicial para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, segundo a Lei n. 11.101/05, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O plano de recuperação judicial abrangerá exclusivamente os créditos quirografários, excetuados os decorrentes de repasse de recursos oficiais e os previstos na Lei Falimentar.
- b) O plano de recuperação judicial preverá parcelamento em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas, corrigidas monetariamente e acrescidas de juros de 12% a.a. (doze por cento ao ano).
- c) O plano de recuperação judicial abrangerá todos os créditos existentes na data do pedido, desde que vencidos.
- d) O plano de recuperação judicial preverá parcelamento em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas, acrescidas de juros equivalentes à taxa Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, podendo conter ainda a proposta de abatimento do valor das dívidas.

75. A Lei n. 10.406/2002 (Código Civil) trata do Direito de Empresa. Leia as afirmativas abaixo e assinale a correta:

- a) O empresário, cuja atividade rural constitua sua principal profissão, pode, observadas as formalidades que tratam a Lei, requerer inscrição no Registro Público de Empresas Mercantins da respectiva sede, caso em que, depois de inscrito, ficará equiparado, para todos os efeitos, ao empresário sujeito a registro.
- b) A pessoa legalmente impedida de exercer atividade própria de empresário, se a exercer, não responderá pelas obrigações contraídas.
- c) Faculta-se aos cônjuges contratar sociedade, entre si ou com terceiros, independentemente do regime de casamento.
- d) É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Civil de Pessoas Jurídicas da respectiva sede, antes do início de sua atividade.

76. Sobre o direito societário, de que trata a Lei n. 10.406/2002 (Código Civil), assinale a alternativa correta:

- a) Na sociedade em comandita simples os sócios comanditários, pessoas físicas, são obrigados somente pelo valor de sua quota e os sócios comanditário, pessoas físicas ou jurídicas, são responsáveis solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais.
- b) Na sociedade em nome coletivo pessoas físicas e jurídicas podem tomar parte na sociedade, respondendo todos os sócios, solidária e ilimitadamente, pelas obrigações sociais.
- c) Na sociedade em conta de participação, a atividade constitutiva do objeto social é exercida unicamente pelo sócio ostensivo, em seu nome individual e sob sua própria e exclusiva responsabilidade, participando os demais dos resultados correspondentes.
- d) Na sociedade em comum todos os sócios respondem limitadamente pelas obrigações sociais.

77. De acordo com o Código Civil – Lei n. 10.406/2002, que trata da sociedade limitada, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A sociedade limitada é administrada por uma ou mais pessoas designadas no contrato social ou em ato separado.
- b) As deliberações dos sócios, na sociedade limitada, serão tomadas em reunião ou em assembleia, conforme previsto no contrato social, devendo ser convocadas pelos administradores nos casos previstos em lei ou no contrato.
- c) Na sociedade limitada, quando houver modificação do contrato, fusão da sociedade, incorporação de outra, ou dela por outra, terá o sócio que dissentiu o direito de retirar-se da sociedade, nos trinta dias subsequentes à reunião.
- d) A regência supletiva da sociedade limitada é automaticamente e independentemente de previsão contratual pelas normas da sociedade anônima.

78. Segundo a lei nº 12.441/2011, que trata sobre a Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O nome empresarial da empresa individual de responsabilidade limitada deverá ser formado por denominação e com a inclusão da expressão “EIRELI”.
- b) A pessoa natural que constituir empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI somente poderá figurar numa única empresa dessa modalidade.
- c) A empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI, deverá ser sempre constituída nesta modalidade, não podendo, portanto, resultar de concentração das quotas de outra modalidade societária num único sócio.
- c) A empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI será constituída por uma única pessoa titular da totalidade do capital social, devidamente integralizado, que não será inferior a 150 (cento e cinquenta) vezes o maior salário-mínimo vigente no País.

79. De acordo com a Lei nº 7.357/85, que trata sobre o cheque, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O pagamento do cheque se fará à medida em que forem apresentados. Se forem apresentados 2 (dois) ou mais cheques simultaneamente, sem que os fundos disponíveis bastem para o pagamento de todos, terão preferência os de emissão mais antiga e, se da mesma data, os de número inferior.

- b) O cheque deve ser apresentado para pagamento, a contar do dia da emissão, no prazo de 30 (trinta) dias, quando emitido no lugar onde houver de ser pago; e de 60 (sessenta) dias, quando emitido em outro lugar do País ou no exterior.
- c) O prazo prescricional do cheque, para fins de promoção da ação de execução, é de 6 (seis) meses a contar do prazo da sua emissão.
- d) No cheque, feita a indicação da quantia em algarismos e por extenso, prevalece esta no caso de divergência. Indicada a quantia mais de uma vez, quer por extenso, quer por algarismos, prevalece, no caso de divergência, a indicação da menor quantia.

80. De acordo com a legislação brasileira, que trata sobre os títulos de crédito, assinale a alternativa correta:

- a) A duplicata é um título causal e o protesto pode ocorrer somente pela falta de pagamento.
- b) Na letra de câmbio o aval é uma garantia de pagamento por parte do avalista.
- c) A nota promissória é um título emitido pelo devedor em favor do credor e que admite aceite.
- d) O cheque pré-datado não pode ser apresentado pra pagamento antes do dia indicado como data de emissão.

JUIZADOS ESPECIAIS

81. No dia 27/3/2015, a publicação digital Consultor Jurídico trouxe texto com a seguinte manchete “Recurso Extraordinário de juizado especial cível é exceção no Supremo”. Colaciono aqui dois excertos da notícia: “[...] Recursos Extraordinários contra decisões de juzados especiais cíveis estaduais só devem ser admitidos em situações extremamente excepcionais, quando o requisito da repercussão geral estiver justificado com indicação detalhada das circunstâncias concretas e dos dados objetivos que evidenciem a relevância do tema. Foi o que definiu o Plenário Virtual do Supremo Tribunal Federal em três casos relatados pelo ministro Teori Zavascki. [...] Até 2014, a repercussão geral contra decisões desses juzados foi reconhecida em apenas nove casos, que dizem respeito a expurgos inflacionários, competência legislativa sobre relação de consumo, responsabilidade civil de provedor de conteúdo na internet e aspectos processuais relativos ao funcionamento dos juzados. ‘Não se pode eliminar por completo a possibilidade de existir matéria constitucional dotada de repercussão geral, mas isso não abala a constatação de que a quase totalidade dos milhares de recursos extraordinários interpostos nessas causas não trata de matéria constitucional com qualificado significado de repercussão geral a ensejar a manifestação do STF’, avaliou Zavascki. Com informações da Assessoria de Imprensa do STF.” Nesse contexto e considerando o mais que foi tratado em sala de aula e também os Enunciados do Fonaje, é correto afirmar:

- a) Nos Juzados Especiais, não são cabíveis embargos declaratórios contra acórdão ou súmula na hipótese do art. 46 da Lei nº 9.099/1995, com finalidade exclusiva de prequestionamento, para fins de interposição de Recurso Extraordinário.
- b) É corriqueiro e instância recursal natural que sejam aceitos Recursos Extraordinários vindos dos Juzados Especiais, não havendo ao recebê-los o mesmo rigor na jurisprudência defensiva do Supremo Tribunal Federal, e nos demais requisitos para um RE vindo da Justiça Comum.
- c) Dadas as reduzidas hipóteses de recurso no Sistema de Juzados Especiais, o Supremo Tribunal Federal apreciará no RE também matéria não puramente constitucional ou em tese.
- d) Contra decisões das Turmas Recursais é cabível o Recurso Extraordinário, inobservando os requisitos para tanto.

82. Sobre o polo passivo nos Juzados Especiais Cíveis, considerando o que foi tratado em sala de aula e também os Enunciados do Fonaje, atente para a seguinte situação hipotética: *Lei Estadual propôs que as empresas públicas e sociedades de economia mista do Estado e dos Municípios podem ser demandadas nos Juzados Especiais Cíveis. Diante disso, é correto afirmar:*

- a) Dado o Enunciado nº 3 do Fonaje (“Lei local não poderá ampliar a competência do Juizado Especial”), as sociedades de economia mistas estaduais e municipais não poderão residir em polo passivo no JECív.

- b) Dado o art. 8º da Lei 9099/95 (“Não poderão ser partes, no processo instituído por esta Lei, o incapaz, o preso, as pessoas jurídicas de direito público, as empresas públicas da União, a massa falida e o insolvente civil”), não ocorrerá de tais entidades serem réis no Juizado Especial Cível.
- c) O Ministério Público oficiará obrigatoriamente nos processos decorrentes da aplicação da lei estadual hipotética referida (*ex vi* da Lei nº 9099/95, art. 11).
- d) Conquanto não seja dado ao Estado legislar a respeito, observa-se pela redação da Lei 9099/95 que não houve vedação para que esses entes fossem demandados perante o Juizado Cível, de modo que mesmo sem ela é possível direcionar ações a tais entes no JECív.

83. Relativamente aos efeitos do novo Código de Processo Civil sobre os Juizados Especiais Cíveis dos Estados, é correto afirmar:

- a) Remanescerá a possibilidade de manejar embargos de declaração para sanar dúvida.
- b) A interposição de embargos de declaração passará a interromper o prazo de interposição de recursos.
- c) Os embargos de declaração alcançarão apenas decisões interlocutórias e não de sentenças.
- d) A interposição de embargos de declaração passará a suspender o prazo de interposição de recursos.

84. Sobre as instâncias recursais previstas constitucionalmente para os Juizados Especiais Cíveis dos Estados, é correto afirmar:

- a) Os Tribunais de Justiça dos Estados estão ordinariamente na sequência das instâncias recursais originalmente previstas, passando por eles os recursos em geral.
- b) O Supremo Tribunal Federal não faz parte da estrutura recursal das demandas submetidas aos JECív.
- c) As Turmas Recursais, que podem ser entendidas como 2ª instância original dos Juizados Especiais Cíveis dos Estados, são compostas por Juízes de Direito em exercício no 2º Grau de Jurisdição.
- d) O Superior Tribunal de Justiça não recebeu menção constitucional, mas sim, recebeu reconhecimento de jurisdição recursal anômala, por reclamação, a partir de jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

85. Sobre os métodos de resolução adequada de disputas, tendo em vista também a Política Nacional de Mediação e Conciliação, capitaneada pelo Conselho Nacional de Justiça, é correto afirmar:

- a) Será completamente substituída após a entrada em vigor do Novo Código de Processo Civil, pelas disposições nele constantes.
- b) O uso de técnicas de Negociação visa empoderar o Conciliador para substituir a decisão impositiva do Estado-Juiz pela composição.
- c) Trata-se de estudo multidisciplinar, que traz para as audiências saberes de outras áreas do saber, como a matemática, técnicas de vendas, neurolinguística, psicologia, administração.
- d) Trabalha para evitar que haja mediação e conciliação fora do âmbito do Poder Judiciário.

86. Sobre a suspensão condicional do processo, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Trata-se de medida descriminalizadora criada pela Lei n. 9.099/1995 e que possui como requisito objetivo pena mínima não superior a 1 (um) ano;
- b) É cabível a suspensão condicional do processo na desclassificação do crime e na procedência parcial da procedência da pretensão punitiva;
- c) Durante transcurso da suspensão condicional do processo não corre a prescrição.
- d) É possível a concessão do benefício da suspensão condicional do processo para quem esteja respondendo pelo crime de lesão corporal ocorrido no âmbito das relações domésticas.

87. Assinale a alternativa correta:

- a) A Lei do Juizado Especial Criminal Federal, quando definiu crime de menor potencial ofensivo como aquele cuja pena máxima fosse até dois anos alterou, de forma automática, a definição prevista na Lei dos Juizados Especiais Criminais da Justiça Estadual.
- b) Reunidos os pressupostos legais permissivos da suspensão condicional do processo, mas se recusando o Promotor de Justiça a propô-la, o Juiz, dissentindo, não poderá remeter a questão ao Procurador-Geral.

- c) É possível a revogação da suspensão condicional do processo, ainda que expirado o período de suspensão do curso do processo, desde que comprovado que houve o descumprimento das condições impostas ou que o beneficiado passou a ser processado por outro crime no curso do prazo da suspensão.
- d) Não é admissível a fixação de penas restritivas de direito como condição para a suspensão condicional do processo, mesmo que observados os princípios da adequação e da proporcionalidade.

88. Sobre a transação penal, é correto afirmar:

- a) Durante o cumprimento da transação penal não corre a prescrição punitiva
- b) O assistente de acusação pode participar no oferecimento do benefício da transação penal.
- c) Segundo o STJ, cabe a transação penal na ação privada, sendo que a iniciativa é do Ministério Público.
- d) A homologação da transação penal prevista no artigo 76 da Lei nº 9.099/95 não faz coisa julgada material e, descumpridas suas cláusulas, retoma-se a situação anterior, possibilitando-se ao Ministério Público a continuidade da persecução penal mediante o oferecimento de denúncia ou requisição de inquérito policial.

89. Sobre os crimes de menor potencial ofensivo é correto afirmar que:

- a) A composição civil na ação penal privada e não ação penal pública condicionada, após homologada, extingue a punibilidade.
- b) O termo circunstanciado, segundo o STJ, não pode ser feito pela Polícia Militar, visto que não está na sua atribuição o exercício da atividade investigativa.
- c) O Estatuto do Idoso, ao prever a aplicação da Lei 9099/95 aos crimes com pena máxima de até 4 (quatro) anos alterou o conceito do crime de menor potencial ofensivo, conforme já decidiu o Supremo Tribunal Federal
- d) A suspensão condicional do processo não se aplica aos crimes que não sejam de menor potencial ofensivo.

90. Sobre o procedimento do Juizado Especial Criminal, assinale a alternativa correta:

- a) Em situações excepcionais admite-se a citação por edital.
- b) Não é possível a realização da composição civil ou o oferecimento do benefício da transação penal antes de se iniciar a audiência de instrução e julgamento.
- c) De acordo com o procedimento do juizado especial criminal, não é possível a absolvição sumária do acusado nos moldes do artigo 397 do Código de Processo Penal em face do princípio da especialidade.
- d) A rejeição ou recebimento da denúncia ou queixa ocorre após o oferecimento da resposta à acusação.

LEIS ESPECIAIS

91. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Compete privativamente à União legislar sobre Direito Eleitoral.
- b) O alistamento eleitoral é obrigatório para os maiores de dezoito anos.
- c) O voto é facultativo para o eleitor maior de sessenta anos.
- d) Não são alistáveis como eleitores os estrangeiros e os conscritos.

92. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Nas eleições municipais, compete ao Juiz Eleitoral julgar a ação de investigação judicial eleitoral.
- b) O Ministério Público tem legitimidade ativa para o ajuizamento da ação de impugnação ao registro de candidatura, da ação de investigação judicial eleitoral e da ação de impugnação de mandato eletivo.
- c) Os crimes eleitorais processam-se mediante ação penal pública incondicionada.
- d) Aos crimes eleitorais não se aplicam os institutos da transação penal e da suspensão condicional do processo.

93. Nos termos do artigo 225 da Constituição são destinatários do dever constitucional de proteção e defesa do meio ambiente.

- I. Os poderes públicos;
- II. As empresas;
- III. Toda a coletividade;
- IV. O Poder Judiciário.

- a) Estão corretas apenas as assertivas I e II;
- b) Estão corretas apenas as assertivas I e III;
- c) Estão corretas apenas as assertivas II e III;
- d) Estão corretas todas as assertivas.

94. Sobre a natureza jurídica do meio ambiente analise as seguintes assertivas.

- I. Trata-se de um direito e dever fundamental;
- II. Possui natureza difusa e intergeracional;
- III. Os seres humanos são os únicos titulares;
- IV. Representa a terceira dimensão dos direitos fundamentais.

- a) Estão corretas apenas as assertivas I, II e IV;
- b) Estão corretas apenas as assertivas I e III;
- c) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV;
- d) Estão corretas todas as assertivas.

95. Responsabilidade civil ambiental.

- I. O Poder Público também pode ser responsabilizado objetivamente por seus atos comissivos, ou seja, quando atua nas mesmas condições que particular;
- II. A culpa exclusiva da vítima é relevante na imputação de responsabilidade por danos ao meio ambiente, tendo em vista a adoção da teoria do risco administrativo;
- III. Não há responsabilização solidária em matéria ambiental;
- IV. Encontra fundamento também na Constituição da República Federativa do Brasil.

- a) Estão corretas apenas as assertivas I e II;
- b) Estão corretas apenas as assertivas I e IV;
- c) Estão corretas apenas as assertivas II e IV;
- d) Estão corretas todas as assertivas.

96. Em relação as medidas socioeducativas analise as proposições abaixo e assinale a alternativa correta:

- I. A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais .
- II. A liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério Público e o defensor.
- III. A medida de semiliberdade não comporta prazo determinado aplicando-se, no que couber, as disposições relativas à internação.
- IV. A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, gravidade do ato infracional, prevenção geral, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

- a) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
- b) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- d) Todas as proposições estão corretas.

97. Assinale a alternativa correta:

- a) É proibida a hospedagem de criança em hotel, motel, pensão ou estabelecimento congênere, salvo se autorizado ou acompanhado pelos pais ou responsável. Quanto ao adolescente, não há qualquer vedação.
- b) A autoridade judiciária poderá, a pedido dos pais ou responsável, conceder autorização de viagem válida por um ano.

- c) Sem prévia e expressa autorização judicial, nenhuma criança ou adolescente nascido em território nacional poderá sair do País em companhia de estrangeiro residente ou domiciliado no exterior, a não ser que o estrangeiro seja o genitor da criança ou adolescente e desde que preenchidas as demais condições previstas na Resolução 131, do CNJ.
- d) “Situação de risco” trata-se de conceito expressamente previsto na legislação.

98. Consoante os termos da Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), sobre família substituta, é correto dizer:

- a) A adoção não poderá ser deferida ao adotante que vier a falecer no curso do procedimento, antes de prolatada a sentença.
- b) É expressamente vedada a adoção formulada pelos tios de crianças e adolescentes, sendo, para tais casos, permitido apenas o ajuizamento de ações de guarda ou tutela.
- c) Guarda por tempo indeterminado, pelo fato de não suspender nem extinguir o poder familiar, não se trata de meio de colocação em família substituta.
- d) A morte dos adotantes não restabelece o poder familiar aos pais naturais/biológicos.

99. Sobre o conceito de consumidor, marque a alternativa correta:

- a) De acordo com o disposto no Código de Defesa do Consumidor, as pessoas expostas às práticas comerciais abusivas equiparam-se a consumidores, ainda que sejam indetermináveis.
- b) O conceito de consumidor, consoante o disposto na Lei nº 8.078/90, aplica-se exclusivamente às pessoas físicas ou jurídicas que adquirem ou utilizam produto ou serviço como destinatárias finais.
- c) As vítimas de produto defeituoso podem ser equiparadas a consumidor, todavia a elas não se possibilita, de ofício, a inversão do ônus da prova.
- d) Existem apenas 2 (duas) correntes doutrinárias a respeito do conceito de consumidor: uma designada finalista e a outra maximalista.

100. De acordo com o disposto no Código de Defesa do Consumidor, assinale a opção correta:

- a) Por orientação da Política Nacional de Relações de Consumo todos são reconhecidamente hipossuficientes, uns mais e outros menos, mas todos hipossuficientes.
- b) Para a possibilidade de revisão contratual em Juízo, em uma relação de consumo, é imprescindível que o fato superveniente seja imprevisível ao tempo da contratação.
- c) A ausência ou a insuficiência de informação poderá caracterizar, conforme o caso, vício ou fato do produto.
- d) Um consumidor pode ou não ser vulnerável quando da relação de consumo.